

INTERVENÇÃO DE ENCERRAMENTO DO DEBATE DO PROGRAMA DO IX GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Sr. Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente do Governo,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhora e Senhores Membros do Governo

Com a aprovação do Programa do IX Governo Regional, ficarão hoje os dois órgãos de governo próprio da nossa Autonomia investidos de plenos poderes, e a Região entrará numa fase de plena normalidade institucional.

Isto na decorrência lógica do período eleitoral para os órgãos de governo que hoje efectivamente se encerra. Da festa democrática que a todos nós aqui colocou – já quase tudo foi dito. De relevar, sempre e no entanto, o civismo, a ordem e a tranquilidade com que decorreu a campanha e o acto eleitoral. Conforme é aliás, timbre e mera confirmação que todos aprendemos – e depressa – as sagradas virtudes da Democracia.

É certo que as picardias, incidentes ou pequenas comédias são parte integrante da festa. Têm a virtude de acidentalmente até revelarem a nossa evolução tecnológica. Da cassete ao CD, por exemplo. E são de uma exemplaridade esclarecedora, quando, tendo todas as armas, alguns dizem de si tudo, permitindo assim ao povo soberano desfrutar, na sua comprovada lucidez, de alguma alegria no trabalho, de tão honoráveis tradições.

Serenamente, o povo decidiu.

Está decidido. De forma clara e inequívoca.

O veredicto popular teve, porém, no caso presente, e por exclusiva vontade de alguns, não só o grande alcance que lhe está normalmente associado: a escolha dos deputados deste Parlamento e, de forma indirecta, de um novo governo para os Açores. À míngua de auto-confiança, ou quiçá de excesso de introspecção de algumas forças partidárias, foram em barda os actores convidados, que em nome da velha Coligação, calcorream os Açores,

pensaram nos Açores, falaram para os Açores, se instalaram nos Açores. Sempre enfeitados com os arreios do Poder Republicano que estava.

Com sóbria e genuína educação, os açorianos agradeceram tão alta deferência. Mas não se comoveram. E responderam com o simples mas soberano gesto de votar.

Há assim que reconhecer hoje, como os factos recentes comprovam, que no recente passado 17 de Outubro os açorianos voltaram a ser, honrada e lucidamente, duplamente portugueses: ao escolherem, de forma cristalina o seu parlamento e o seu governo; e ao responderem à intromissão abusiva, demagógica e ilegítima de quem veio fazer campanha em terra alheia, confundindo e conspurcando o papel institucional que lhe havia sido confiado. A partir dessa noite de Outubro – com cheiros a manhã de Abril – a Coligação doméstica volatizou-se. E a Coligação Nacional teve aqui, verdadeiramente, a incubadora do seu desastre. Bem feito. Para quem quis fazer dos Açores e dos açorianos “barriga de aluguer” para vitórias que nunca gerou por si própria.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente do Governo,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhora e Senhores Secretários

Uma nova legislatura traz-nos sempre novas esperanças, renovados desafios e legítimos sonhos. A VIII Legislatura assim será também, até por razões adicionais.

A composição deste Parlamento revela, por parte de quase todas as bancadas, uma forte aposta na renovação dos seus Deputados. O novo Governo é, numa aposta conscientemente assumida pelo seu Presidente, um governo novo. Tal é, aliás, prova inequívoca de confiança, pelas provas já dadas, na bondade das suas propostas, na atractividade do seu projecto, e de segurança e superioridade por parte do seu líder.

Por outro lado, a VI Revisão Constitucional, em que o Partido Socialista desempenhou um papel preponderante e catalizador, veio dar um novo

impulso, ao nível organizativo, competencial e mesmo simbólico às Autonomias.

Desde logo, com a posse e compromisso de honra dos Membros do IX Governo Regional perante esta Assembleia, evidenciando o carácter parlamentarista do nosso sistema, e traduzindo o sagrado compromisso político do nosso governo perante os representantes do seu povo.

Depois, e na sequência dos primeiros consensos gerados, bem como do trabalho desenvolvido por esta Câmara, ao conceder-nos o privilégio de iniciativa legislativa reservada em matéria de revisão do nosso sistema eleitoral, reconhecendo tal urgência.

Ao nível da competência legislativa desta Assembleia, foi finalmente postergado o conceito limitativo e gerador de confusões, equívocos e aproveitamentos, de lei geral da República, ganhando o nosso Estatuto Político – Administrativo um papel ampliado e inédito, ao nível da concretização e recorte dessas competências.

Este acréscimo competencial deve ser agarrado de imediato, com total empenho e determinação. Por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou, logo após a sua constituição, à Mesa desta Assembleia duas propostas de Resolução visando a constituição de outras tantas Comissões Eventuais para, de forma consensualizada, responsável e institucionalmente apropriada, iniciarmos de imediato tão nobres e importantes tarefas.

No que à Carta da Autonomia diz respeito, entendemos que para além da concreta delimitação e concretização da nossa competência legislativa, pequenas precisões e melhor delimitação jurídico-sistemática do estatuto dos titulares dos cargos políticos, bem como ainda a clarificação do direito dominial das Regiões Autónomas se impõem.

Por sua vez, o aperfeiçoamento do princípio da proporcionalidade, e a sua melhor compaginação com os círculos e a realidade das ilhas, no sentido de aperfeiçoar a genuinidade do princípio representativo-proporcional, potenciando a pluralidade partidária – serão as nossas principais preocupações.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhora e Senhores Membros do Governo

Os Açores conheceram nos últimos oito anos um período de crescimento económico, coesão social e participação cívico-política sem precedentes. Sem, como se acabou de confirmar, ter sido minimamente desprezado, descurado ou minimizado o macro- enquadramento político, jurídico e constitucional da Autonomia. As nossas competências foram ampliadas e clarificadas. A posição institucional da Região dignificada e os seus legítimos representantes são respeitados; dão-se ao respeito e exigem respeito.

A Lei das Finanças das Regiões Autónomas é uma imorredoura garantia da nossa sustentabilidade financeira, e uma poderosa barreira contra os centralismos. Exigimos e conseguimos da República o respeito fáctico pela Autonomia, que passou em muito e também por contrariar o demissionismo desresponsabilizante de Lisboa pelos portugueses daqui. Conseguimos que

o Estado assumisse as suas responsabilidades ao nível da comparticipação e tendencial anulação dos nossos sobrecustos, seja ao nível da energia eléctrica, seja ao nível dos transportes, seja ao nível do igual acesso a alguns bens culturais, como a comparticipação no preço do transporte de jornais e revistas. Conseguimos – pasme-se! - que os açorianos tivessem direito a ver o Canal 1 sem pagar. E, por isso mesmo, também havemos de conseguir que o mesmo aconteça com os restantes canais nacionais generalistas.

Quer isto dizer que, e face a apenas alguns exemplos que acabámos de enumerar, provámos que o crescimento económico e o desenvolvimento não só são possíveis, como são prioridades, a serem prosseguidas sem desfalecimentos e pelo menos em pé de igualdade com os aspectos público-institucionais.

As bandeiras meramente estatutárias, se desacompanhadas das concretas reivindicações que justamente permitiram e permitem os níveis de bem-estar a que temos direito - degradam-se em reivindicações quase-sindicais,

e em manobras de diversão para iludir impotências, e limitações próprias.
Foi o que aconteceu no passado.

Ao invés, os governos do Partido Socialista souberam, com arte, engenho e lúcida luta, concretizar um dos mais belos arquétipos da nossa portugalidade: trazer para os Açores e os açorianos pão e rosas.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente do Governo,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhora e Senhores Membros do Governo

O Programa que o IX Governo Regional acaba de nos apresentar tem desde logo a virtude de corresponder, em apropriada linguagem institucional, ao contrato eleitoral que o Partido Socialista, com inteira lisura democrática, apresentou aos açorianos, e que foi pelos mesmos sufragado por larga e elucidativa maioria.

Se quiséssemos, apenas num princípio, mesmo numa só palavra, sintetizar o pormenorizado e rico documento que aqui debatemos, atrever-me-ia a escolher a seguinte: coesão.

Porque é isto que efectivamente se verifica e perpassa transversalmente por todo o Programa do Governo. Num patamar qualitativamente superior dum Autonomia que se consolidou e credibilizou, ao nível institucional, e no coração e no quotidiano dos açorianos; comprovadamente reconhecida como uma das conquistas mais felizes e de maior sucesso do Portugal democrático; que se afirma, cada vez mais, em parceria com realidades territoriais e institucionais similares, no espaço internacional, designadamente na União Europeia; num mundo em que a globalização não é já um vago modismo, mas uma realidade com implicações na vida concreta e quotidiana de todos, também nas ilhas – é a coesão, a parceria e mesmo a integração noutros e com outros espaços que nos garante uma Autonomia com futuro.

É claro que a coesão deve começar por casa. Com permanente atenção e redobrada sensibilidade à nossa realidade arquipelágica e a todas as nossas

ilhas. Fisicamente separadas, e que politicamente ainda mais quiseram separar durante séculos. A satisfação dos justos anseios de todas as ilhas e de todos os seus cidadãos implica equilíbrios, discriminações positivas, sensibilidade e bom senso. Ao nível político-institucional, desde logo. Daí também a importância e a necessária consensualização que teremos e queremos ter ao nível da revisão do sistema eleitoral. E sobretudo ao nível da dignidade e oportunidades de vida de todos os açorianos independentemente da sua ilha de naturalidade ou residência. Há pois que continuar com um conjunto de medidas económicas, incentivos e discriminações positivas. E mesmo aperfeiçoá-las como, por exemplo, com a criação do Fundo Regional de Coesão e de Apoio ao Desenvolvimento Económico.

Coesão também deverá ser o princípio norteador numa Revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, logo que a ambiência político-económica nacional o permita, em contexto amigo das Autonomias. E onde, aliás, uma maior operacionalização do respectivo Fundo de Coesão deve ser também prioritária.

Mas se a coesão, com autonomia, junto da República é um direito inquestionável, mas que necessita sempre de aperfeiçoamentos jurídico-institucionais, ou da ultrapassagem de inércias burocráticas e preconceitos – então para além daquilo que, com a última revisão constitucional, passa, em primeiro lugar a depender da nossa iniciativa, terá de ser rapidamente feito o acerto das receitas fiscais que nos são devidas, bem como possibilitado o acesso à informação fiscal relevante, que nos permita conhecer os reais montantes daquilo que é nosso. Também o relacionamento, em termos de acesso, repartição de custos financeiros e aperfeiçoamento de circuitos entre o Serviço Nacional de Saúde e os Serviços Regionais é imperioso, até porque o direito fundamental à saúde é constitucionalmente incumbência do Estado.

Igualmente prioritário é o estabelecimento de regras de relacionamento financeiro ao nível da segurança Social dos Açores, dentro dum sistema nacional e unitário.

Coesão ainda no espaço mais vasto da União Europeia, em que o novo período de programação de fundos para 2007/2013 assume particular

importância, sendo de destacar o objectivo da Região de garantir, pelo menos, a transferência de montante equivalente ao consagrado no III QCA; para além do integral aproveitamento do novo quadro normativo específico das RUP's.

É bom de ver que a coesão territorial traduz uma redobrada confiança na nossa identidade, nas nossas tradições e valores. Que deve igualmente reflectir-se nas ligações profundas que devemos manter e aprofundar com as nossas comunidades da diáspora. Elas são a melhor prova duma identidade própria e perene, bem como da valia, capacidade de trabalho e de integração das gentes açorianas. Que nos lembra ainda os tempos, não muito longínquos, em que abandonar a terra que nos viu nascer era uma generalizada necessidade.

Recentemente, porém, têm os Açores vindo a ser procurados por cidadãos de outras paragens, constituindo esses fenómenos migratórios uma realidade nova, que tem sido devidamente enquadrada ao nível do apoio à sua inserção sócio-profissional e linguística. A História, bem como os adequados espíritos de tolerância e partilha que nos caracterizam

aconselham a que, agora sob a alçada da Direcção Regional das Comunidades, este esforço prossiga, conforme consta do Programa do Governo.

Tal também contribuirá, aliás, para o grande objectivo da coesão social, indispensável, como bem se lembrou aqui, a uma sociedade sustentável, que almejamos.

O combate a todos os fenómenos, velhos e novos, de exclusão social, continuará a ser uma prioridade transversal a toda a actividade governativa. A luta contra a pobreza, no seu carácter multi-dimensional, vai prosseguir, envolvendo de forma inter-departamental as energias do governo. Visando uma verdadeira inclusão, e o direito/contributo de todos para uma cidadania activa.

É evidente que só a partir de um limiar mínimo de sobrevivência se pode, contratualmente, exigir um esforço de dignidade e de responsabilização, onde não é demais, nem despropositado lembrar a institucionalização do rendimento Mínimo Garantido, agora rebaptizado de

rendimento Social de Inserção. É um velho tique e uma má tradição da Direita, mudar os nomes para que tudo fique quase na mesma, no intuito de fazer esquecer anteriores demagogias.

Esta política vai prosseguir. Informando permanentemente os açorianos dos muitos casos de sucesso; esclarecendo que a maioria dos beneficiários trabalha, é menor ou já ultrapassou a idade activa. E que esta medida, generalizada aliás ao nível da União Europeia, é um marco no Estado Social que os governos do Partido Socialista introduziram entre nós.

O apoio social integrado, operacionalizado por centenas de instituições da sociedade civil e mobilizando alguns milhares de trabalhadores e voluntários – ao nível, designadamente, do apoio à infância e jovens em risco; aos idosos; aos cidadãos portadores de deficiência e às mulheres vítimas de violência – constitui só a melhor rede social do país. Todos os indicadores de política social, quer infra-estruturais, do número de valências, da quantidade de população servida e do esforço orçamental dispendido aumentaram exponencialmente nos últimos oito anos.

É preciso continuar e reforçar essa política identificativa dos governos socialistas. Aperfeiçoando e melhorando sempre. Pondo a ênfase na formação e na qualidade.

A formação, quer ao nível da escolaridade regular, quer ao nível da formação profissional, como instrumento fundamental da qualificação e requalificação dos cidadãos será prosseguida, também ao serviço da coesão social e económica e fermento da cidadania. Uma escola inclusiva, promotora do sucesso, das oportunidades e da mobilidade social. Também aqui, como foi referido, é preciso travar um combate insistente e permanente pela qualidade. O apetrechamento tecnológico, a qualificação profissional docente e a avaliação contínua permanecerão como objectivos prioritários.

A aposta na escola pública, que é talvez o maior de todos os contributos civilizacionais do socialismo democrático, centrada numa educação para o desenvolvimento, continuará no centro da nossa política educativa.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente do Governo,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhora e Senhores Membros do Governo

Fundamental é ainda a garantia contida neste Programa de Governo na continuidade de uma boa gestão orçamental, e a sustentada aposta no crescimento económico, com especial ênfase para o sector primário. Neste concernente, as avultadas verbas investidas na total renovação da Rede Regional de Abate, em mais e melhores acessibilidades bem como na electrificação e abastecimento de água às explorações, muito contribuíram e potenciaram os melhores níveis de produção e produtividade, a par do grande investimento possibilitado pelo bom aproveitamento do III QCA. O sector encontra-se assim bem melhor preparado para enfrentar a realidade da PAC, em que nos inserimos.

Face à complexidade e constrangimentos desta envolvência, igualmente aqui o reforço da qualidade deverá imperar, com vista a garantir aumentos de rendimento aos produtores.

A defesa estratégica e oportuna do aumento da quota leiteira prosseguirá como opção estratégica.

A aposta no turismo, por seu turno, tem vindo a revelar-se idónea a alargar e diversificar, sustentadamente, a nossa base económica. Fomos, nos últimos anos, de forma continuada, a Região do país que mais cresceu em termos de dormidas e de receita total na área da hotelaria. O conjunto de medidas de política ao nível dos transportes e os sistemas de incentivo ao turismo justificam, em larga medida, este sucesso – a que não são alheias as expectativas positivas e a confiança dos investidores. Ao nível do transporte aéreo, por exemplo, brevemente teremos cinco portas de entrada na Região.

A captação de investimento externo, sobretudo em áreas de capital intensivo e com forte incorporação tecnológica – constitui um dos propósitos a prosseguir, no sentido de consolidar um terceiro pilar de desenvolvimento.

A prossecução duma política integrada e sustentada de preservação dos nossos recursos naturais, a aposta nas energias renováveis bem como a defesa duma exploração equilibrada dos recursos da zona económica marítima adstrita aos Açores, e de que aliás é reflexo feliz a nova arrumação departamental das pescas na nova Secretaria Regional do Ambiente e do Mar – é igualmente e ainda um objectivo estratégico que urge relevar.

Face ao exposto, este é o Programa que os Açores precisam e que os açorianos querem. Assim concluiu o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, após dois dias de profícuo trabalho, imediatamente antes desta reunião plenária. Os trabalhos que agora encerramos enriquecidos pelo verdadeiro debate, sobretudo entre o Governo e a maioria parlamentar, confirmaram e reforçaram a nossa convicção.

Senhor Presidente da Assembleia;

Senhor Presidente do Governo Regional;

Senhoras e Senhores Deputados;

Senhora e Senhores Membros do Governo

A oposição foi poupada, muito poupada mesmo, em apresentar sugestões ou alternativas que potenciassessem um debate autêntico e construtivo.

Por parte do Partido Popular, constatámos uma compreensível inveja pelo preço das vacas nos Estados Unidos. E o pré-anunciado voto contra, talvez seja justificado pelo período de nojo que a recente separação aconselha.

O PSD, por seu turno, para além do desquite, transpirou o impacte de múltiplas orfandades. Começou por gastar tempo queixando-se de que não tinha tempo, como se nesta Câmara tudo não fosse determinado em proporção à vontade expressa pelo Povo. Chegando mesmo a ser um tantinho petulante...

A oposição não quis falar do futuro. Não apresentou sugestões ou alternativas positivas, ou sequer pertinentes. Repetiu, obsessivamente e ao vivo, o cartaz das nuvens negras. Fez números de circo com estatísticas de bolso descontextualizadas, e autisticamente repetiu o slogan da “pesada herança”. Este comportamento não só foi comprovada e politicamente

inútil, como evidenciou uma patológica negação da realidade: os resultados das duas últimas eleições regionais, em que os VII e VIII Governos Regionais, da responsabilidade do Partido Socialista, prestaram contas ao povo soberano, e os veredictos respectivos são por demais conhecidos.

O PSD ainda não acordou do seu longo pesadelo. E logo agora, que está indisponível o colo dos tios de Lisboa, ocupados com outros embalos.

Quanto a Autonomia ganha, a dependência paga-se.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente do Governo,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhora e Senhores Membros do Governo

Ao aprovarmos o Programa do IX Governo Regional, estamos, com o mesmo gesto, igualmente a manifestar total confiança no empenho,

capacidade de trabalho, criatividade e audácia do Executivo em efectivá-lo.

É essa a empresa a executar.

Pode e deve o IX Governo Regional contar com o apoio, o entusiasmo e a total colaboração desta maioria para a cabal concretização deste desafio comum.

Disse

Horta, Sala das Sessões, 11 de Dezembro de 2004